

# PROPOSTAS PARA A ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

*Fevereiro 2021*



Confederação Nacional da Indústria  
**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**

## **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI**

### **PRESIDENTE**

*Robson Braga de Andrade*

### **VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO**

*Paulo Antonio Skaf*

### **VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO**

*Antônio Carlos da Silva*

### **VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO**

*Francisco de Assis Benevides Gadelha*

### **VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO**

*Paulo Afonso Ferreira*

### **VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO**

*Glauco José Côrte*

### **VICE-PRESIDENTES**

*Sergio Marcolino Longen*

*Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira*

*Antonio Ricardo Alvarez Alban*

*Gilberto Porcello Petry*

*Olavo Machado Júnior*

*Jandir José Milan*

*Eduardo Prado de Oliveira*

*José Conrado Azevedo Santos*

*Jorge Alberto Vieira Studart Gomes*

*Edson Luiz Campagnolo*

*Leonardo Souza Rogerio de Castro*

*Edilson Baldez das Neves*

### **1º DIRETOR FINANCEIRO**

*Jorge Wicks Côrte Real*

### **2º DIRETOR FINANCEIRO**

*José Carlos Lyra de Andrade*

### **3º DIRETOR FINANCEIRO**

*Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan*

### **1º DIRETOR SECRETÁRIO**

*Amaro Sales de Araújo*

### **2º DIRETOR SECRETÁRIO**

*Antonio José de Moraes Souza Filho*

### **3º DIRETOR SECRETÁRIO**

*Marcelo Thomé da Silva de Almeida*

### **DIRETORES**

*Roberto Magno Martins Pires*

*Ricardo Essinger*

*Marcos Guerra*

*Carlos Mariani Bittencourt*

*Pedro Alves de Oliveira*

*José Adriano Ribeiro da Silva*

*Jamal Jorge Bittar*

*Roberto Cavalcanti Ribeiro*

*Gustavo Pinto Coelho de Oliveira*

*Julio Augusto Miranda Filho*

*José Henrique Nunes Barreto*

*Nelson Azevedo dos Santos*

*Flávio José Cavalcanti de Azevedo*

*Fernando Cirino Gurgel*

### **CONSELHO FISCAL**

#### **TITULARES**

*João Oliveira de Albuquerque*

*José da Silva Nogueira Filho*

*Irineu Milanesi*

#### **SUPLENTES**

*Clerlânio Fernandes de Holanda*

*Francisco de Sales Alencar*

*Célio Batista Alves*

# PROPOSTAS PARA A ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

---

*Fevereiro 2021*



Confederação Nacional da Indústria  
**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**

© 2021. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia - DDIE

Superintendência de Economia - ECON

#### FICHA CATALOGRÁFICA

---

C748p

Confederação Nacional da Indústria.

Propostas para a aceleração do crescimento econômico / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2021.

30 p. : il.

1. Crescimento Econômico. 2. Economia. 3. Crise Econômica. I. Título.

CDU: 338.121(81)(041)

---

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317- 9001

Fax: (61) 3317- 9994

<http://www.cni.com.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

E-mail: [sac@cni.com.br](mailto:sac@cni.com.br)

[www.portaldaindustria.com.br](http://www.portaldaindustria.com.br)

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>TRIBUTAÇÃO</b>	<b>8</b>
1. Aprovar a Reforma Tributária - tributação sobre consumo	<b>8</b>
2. Adaptar a tributação de renda corporativa às novas regras globais	<b>9</b>
3. Instituir programa de parcelamento de débitos com a União	<b>10</b>
4. Instituir mecanismo de depreciação acelerada	<b>11</b>
<b>POLÍTICA FISCAL</b>	<b>12</b>
5. Realizar uma reforma administrativa	<b>12</b>
6. Aprovar a PEC Emergencial	<b>12</b>
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>14</b>
7. Prolongar a vigência dos programas emergenciais de financiamento	<b>14</b>
8. Priorizar o financiamento à modernização industrial e ao comércio exterior na política operacional do BNDES	<b>14</b>
9. Regular o Sistema Nacional de Garantias de Crédito	<b>15</b>
<b>MEIO AMBIENTE</b>	<b>16</b>
10. Aprovar marco legal nacional para o licenciamento ambiental	<b>16</b>
<b>RELAÇÕES DO TRABALHO</b>	<b>17</b>
11. Reeditar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	<b>17</b>
12. Adotar medidas que permitam adaptações imediatas de rotinas pelas empresas para a retomada do emprego, da produção e da produtividade	<b>17</b>
13. Avançar em medidas de curto e médio prazos de modernização, simplificação e eficiência das relações do trabalho	<b>18</b>
<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>20</b>
14. Aprovar a Nova Lei do Gás Natural	<b>20</b>
15. Reduzir os custos e aumentar a competitividade do setor elétrico	<b>21</b>

16. Regularizar o artigo 10-B da Nova Lei de Saneamento Básico	22
17. Aprovar o Programa de Estímulo à Cabotagem (BR do Mar)	22
<b>INOVAÇÃO</b>	<b>24</b>
18. Garantir o aumento e a estabilidade de recursos para Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)	24
19. Acelerar a implantação das redes 5G no Brasil	24
20. Instituir o marco legal de Startups	25
<b>COMÉRCIO EXTERIOR</b>	<b>26</b>
21. Modernizar o financiamento público às exportações	26
22. Reduzir a burocracia e os custos do comércio exterior	27
23. Recalibrar o projeto de abertura comercial, dando preferência à celebração de acordos	27
<b>MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS</b>	<b>29</b>
24. Regularizar a transação tributária de débitos do Simples Nacional	29
25. Instituir o marco legal de recuperação judicial das micro e pequenas	29

## APRESENTAÇÃO

**A pandemia da covid-19 gerou uma crise econômica severa no Brasil e no mundo em 2020.** As medidas de isolamento social, necessárias para reduzir o contágio, provocaram uma forte queda na atividade com paralisações de empresas, desemprego e queda na renda.

**As medidas adotadas pelo governo e pelo Congresso Nacional foram essenciais para criar uma rede de proteção às famílias e às empresas.** Conseqüentemente, a recuperação veio com rapidez. Tanto a Indústria como o Comércio já recuperaram os níveis de produção e vendas pré-pandemia. Ainda assim, o PIB de 2020 ficará cerca de 4% abaixo do de 2019.

**Nesse início de 2021, as incertezas continuam elevadas e a recuperação econômica não está consolidada.** Ainda mais incerta é a capacidade da economia brasileira de aumentar sua taxa de crescimento, o que é imperativo para o aumento do padrão de vida dos brasileiros.

**O Brasil não pode repetir o desempenho do passado recente.** Nos últimos dez anos, o PIB registrou uma taxa de crescimento média anual de 1,3%. A Indústria hoje produz menos que produzia em 2010. O Custo Brasil vem impedindo o crescimento da Indústria e, conseqüentemente, do País.

**O país precisa elevar sua taxa de crescimento para pelo menos 3% ao ano, em média, nos próximos dez anos.** E aumentar ainda mais na década seguinte. Só assim conseguiremos nos aproximar das economias desenvolvidas.

**O desenvolvimento do Brasil passa por uma Indústria forte e competitiva. Uma Indústria integrada globalmente, sustentável e inovadora.** Para isso precisamos agir imediatamente. Já passou da hora de enfrentarmos os entraves ao aumento da competitividade.

Como forma de contribuir para a consolidação e a aceleração do crescimento econômico, a CNI apresenta estas propostas que buscam reduzir o Custo Brasil. Temos certeza que, se implementadas, tais medidas promoverão o aumento da competitividade e estimularão os investimentos e o crescimento da Indústria e, conseqüentemente, do Brasil.

Brasília, 9 de fevereiro de 2021

**Robson Braga de Andrade**  
*Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)*

## TRIBUTAÇÃO

### 1) Aprovar a Reforma Tributária - tributação sobre consumo

Modernizar a tributação indireta por meio de uma reforma do sistema tributário, com a premissa de aumentar a competitividade da Indústria e:

- a. substituir os atuais tributos incidentes sobre o consumo (PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI) por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), com as seguintes características:
  - i. alíquota uniforme para todos os bens e serviços;
  - ii. base ampla de incidência, englobando operações com bens tangíveis e intangíveis, serviços e direitos;
  - iii. crédito financeiro, que permite a apropriação como crédito do tributo pago em todas as aquisições das empresas;
  - iv. arrecadação compartilhada entre a União, estados e municípios, com as parcelas estaduais e municipais calculadas de acordo com o local de destino das operações;
  - v. crédito imediato nas aquisições de bens para o ativo fixo, garantindo a completa desoneração dos investimentos;
  - vi. devolução ágil dos saldos credores;
  - vii. cálculo “por fora”, sem inclusão do tributo na sua própria base de cálculo;
  - viii. recolhimento centralizado por empresa;
  - ix. uso limitado do regime de Substituição Tributária;
  - x. legislação unificada nacionalmente; e
  - xi. imunidade tributária das exportações de bens e serviços.
- b. estabelecer período de transição entre o sistema de tributação de consumo atual e o novo;
- c. não aumentar a carga tributária global;
- d. criar instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional;
- e. garantir o tratamento tributário favorecido à Zona Franca de Manaus; e
- f. manter regimes especiais de importação.

#### Justificativa

A tributação sobre a circulação de bens e serviços no Brasil é um dos principais limitadores da competitividade das empresas, da inserção internacional, dos investimentos e do crescimento da economia. O sistema atual gera um conjunto de distorções e, por isso, demanda reformulação urgente.

A cumulatividade, a oneração das exportações e dos investimentos, bem como a alta complexidade, que amplia os custos de conformidade e os litígios entre fisco e contribuintes, representam os problemas mais graves do sistema brasileiro de tributação indireta.

Ter um sistema tributário eficiente é fundamental para a prosperidade econômica de um país. A política tributária ideal é aquela que preserva as condições de equilíbrio e competição dos mercados, requisito imprescindível para se estabelecer um ambiente de negócios competitivo e atrativo. Permitindo, assim, que o País otimize o uso de suas competências e vocações.

Os problemas e as soluções estão identificados. O desafio é escolher a estratégia capaz de viabilizar, com rapidez, as mudanças necessárias para que a tributação deixe de ser um obstáculo para o desenvolvimento do Brasil.



## 2) Adaptar a tributação de renda corporativa às novas regras globais

- a. Reduzir a alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL de 34% para 20%, tendo como contrapartida o fim da isenção na distribuição de lucros e dividendos, que estaria sujeita à alíquota de 15%, sem incidência na distribuição dentro do grupo econômico (PL 2015/2019).
- b. Adotar o método de tributação no destino dos lucros auferidos no exterior.
- c. Adotar as melhores práticas internacionais antidiferimento, conciliando o método de tributação no destino dos lucros ativos com o método de tributação na origem dos lucros passivos, por meio de troca do método territorial pelo método de crédito, em um sistema que combine as características da norma norte-americana com a norma alemã.
- d. Convergência do modelo de Preços de Transferência no Brasil ao modelo da OCDE (*Arm's Length Principle -ALP*), mantendo aspectos positivos das atuais normas brasileiras, com aperfeiçoamentos aos métodos brasileiros e margens fixas para adequá-los ao ALP, que passariam a ser opcionais (*safe harbors*).
- e. Ampliação do incentivo à inovação tecnológica, ao permitir a consolidação de despesas e cálculo do incentivo dentro de um período de até cinco anos (e não apenas de cada ano em separado), garantir a dedutibilidade em casos de terceirização de atividades de inovação dentro do território nacional e não limitar a dedução incentivada ao lucro real (podendo ser registrado prejuízo fiscal).
- f. Aperfeiçoar as regras de Juros sobre Capital Próprio para que se tornem exclusão fiscal (*allowance for corporate equity - ACE*), ao invés de remuneração paga diretamente aos sócios.
- g. Eliminar o limite de 30% do lucro real para compensação de prejuízos fiscais.
- h. Ampliar a rede de tratados para evitar dupla tributação, prioritariamente com Alemanha, Colômbia, Estados Unidos, Paraguai e Reino Unido;
- i. Revisar os acordos existentes, prioritariamente com África do Sul, Chile, China, França, Índia, Japão, Luxemburgo, México, Países Baixos, Peru e Turquia.
- j. Unificar a legislação brasileira sobre conceitos de tributação favorecida, regimes fiscais privilegiados e regimes de subtributação; e alinhar esses conceitos às práticas da OCDE.

### Justificativa

O Brasil precisa aperfeiçoar suas regras de tributação da renda das empresas para aumentar a sua capacidade de atrair investimentos, elevar sua presença em Cadeias Globais de Valor (CGVs) e acelerar seu ritmo de crescimento econômico. A nova ordem tributária internacional, iniciada com o Projeto BEPS (Erosão da Base Tributária e Desvio de Lucros, na sigla em inglês), oferece um ambiente favorável às mudanças que o País precisa realizar. Porém, essa nova ordem também apresenta riscos ao crescimento econômico e à base tributária brasileira, em caso de não adaptação.

A convergência das regras, além de recomendável e necessária para a economia brasileira, passou a ser um imperativo diante do pedido de acesso à OCDE. Ademais, a nova ordem tributária internacional se apresenta como uma alternativa viável para o Brasil. As novas regras e novas práticas se aplicarão num ambiente de transparência das CGVs e das empresas multinacionais e de grande cooperação entre autoridades fiscais de todo o mundo, principalmente para os países que mantiverem ampla rede de tratados.

Caso o Brasil não promova com rapidez os ajustes necessários, inclusive na alíquota de renda corporativa, correrá o risco de ver investimentos e empregos indo embora do País em direção a economias com regras tributárias mais favoráveis à atividade econômica. Esse alerta se intensificou com a recente reforma tributária realizada nos EUA, na qual o Imposto de Renda aplicável às empresas caiu de 35% para 21%.

Alternativamente, enquanto não se aprovam as mudanças e o Brasil não tomar como referência as práticas da OCDE para alinhar e atualizar os conceitos de tributação favorecida, regimes fiscais privilegiados e regimes de subtributação, faz-se necessário, publicar Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) para:

- a. estender os prazos, que expiram em 2022, para a consolidação de resultados de empresas no exterior e de dedução de crédito presumido de 9%;
- b. incluir o setor de serviços de TI no crédito presumido de 9%; e
- c. adotar a alíquota nominal de 17% como limite mínimo para enquadrar o país como Regime de Subtributação.

As medidas que adaptam as regras de tributação da renda das empresas a regras globais contribuem para atrair investimentos, variável-chave para a recuperação no pós-pandemia. Ademais, a convergência com regras globais contribui para aumentar a participação do Brasil no mercado externo, outro canal para a retomada econômica.

### 3) Instituir programa de parcelamento de débitos com a União

Instituir um programa de parcelamento de débitos tributários dos contribuintes com a União, nos moldes do PL 2735/2020 (Câmara dos Deputados) e do PL 4728/2020 (Senado). É fundamental que o programa contenha, entre outros pontos, as seguintes características:

- a. amplas condições de uso de créditos tributários, próprios e de terceiros, para a compensação com o débito a ser parcelado;
- b. permissão para que os créditos de prejuízos fiscais sejam integralmente usados para abater o débito a ser parcelado; e
- c. uso de precatórios para a quitação de débitos de qualquer natureza.

#### Justificativa

A atual crise econômica coloca muitas empresas em grande dificuldade para se manterem em dia com suas obrigações junto a funcionários e fornecedores, além de seguirem regulares com o pagamento de tributos. Isso ocorre devido à expressiva redução do seu faturamento.

Vale lembrar que o não pagamento de tributos acontece justamente para viabilizar o cumprimento das demais obrigações financeiras que as empresas possuem. Muitas vezes, é a única opção encontrada pelas empresas para obter algum alívio de caixa e, assim, conseguir se manter em operação.

Nesse cenário, torna-se fundamental a instituição de programa de parcelamento de débitos com a União, que permita que as empresas encontrem fôlego para pagarem seus débitos de forma compatível com a nova realidade financeira que se impôs a elas. Esse passo é imprescindível para o País caminhar na direção da retomada do crescimento econômico.

Além disso, o parcelamento contribui para o melhor acesso ao capital, visto que a regularização costuma ser exigida por instituições financeiras no processo de contratação de crédito.

#### 4) Instituir mecanismo de depreciação acelerada

Estabelecer percentual de depreciação mais elevado no primeiro ou nos primeiros anos de realização de investimentos em ampliação da capacidade produtiva ou em infraestrutura.

##### **Justificativa**

A depreciação acelerada de bens do ativo imobilizado é um mecanismo que reduz o custo dos investimentos, ao impactar favoravelmente o fluxo de caixa das empresas nas fases iniciais de projetos de investimento. Vale lembrar que diversos países, desenvolvidos e em desenvolvimento, usam a depreciação acelerada de ativos imobilizados para incentivar o investimento.

Nos EUA, por exemplo, em 2017 foi instituído um regime temporário para a depreciação de alguns bens de capital (*bonus depreciation*). Assim, até 2023, 100% do valor de determinados bens de capital adquiridos por empresas instaladas nos EUA poderão ser depreciados em um ano - antes esse limite era de 50% - para fins de apuração do imposto de renda.

O investimento permite a ampliação da capacidade produtiva e o aumento da tecnologia empregada pelas empresas, ambas condições essenciais para o maior crescimento da economia brasileira, bem como para a criação de empregos no País.

## POLÍTICA FISCAL

### 5) Realizar uma reforma administrativa

Realizar uma reforma administrativa tendo como foco:

- a. aumento da competitividade do setor público; e
- b. enfrentamento da questão do crescimento constante das despesas com pessoal.

#### Justificativa

Uma forma de ampliar os estímulos ao crescimento econômico, via aumento dos investimentos públicos, sem comprometer a sustentabilidade fiscal, é a realização de uma reforma administrativa com efeitos imediatos.

Segundo o IBGE, desde o início da recessão de 2014-2016, o rendimento médio do setor privado ficou estagnado, enquanto o do setor público teve ganho real de 10%. Em período de crise econômica e de tentativa de ajuste fiscal, os gastos com pessoal da União tiveram aumento real de 6,8%, em 2019, na comparação com 2014.

Após a Reforma da Previdência, é preciso não apenas repensar a estrutura e o foco dos gastos sociais, mas promover uma reforma administrativa que enfrente a questão do crescimento constante das despesas com pessoal.

Ao reduzir custos e elevar a eficiência do Estado, a reforma administrativa contribuirá para o reequilíbrio fiscal. Isso aumentará a capacidade de investir do Estado, bem como o nível de confiança da economia, determinante na atração de investimentos privados.

### 6) Aprovar a PEC Emergencial

Aumentar os mecanismos disponíveis para retomada do ajuste das contas públicas, com a aprovação da PEC 186 (PEC Emergencial), que, entre outros pontos, disponibiliza aos governos federal, estaduais e municipais, mecanismos de contenção de despesas no caso de descumprimento de parâmetros fiscais nela estabelecidos.

#### Justificativa

Apesar de uma série de medidas com a finalidade de promover o equilíbrio fiscal, tais como a Regra de Teto dos Gastos e a Reforma da Previdência, ainda são necessárias medidas adicionais de controle de gastos, principalmente das despesas obrigatórias, que vêm crescendo em detrimento das despesas discricionárias, e que têm a queda do investimento público como uma de suas consequências.

A PEC 186/2019 foi apresentada com a finalidade de conter o crescimento das despesas obrigatórias em todos os níveis de governo, de forma a viabilizar o ajuste gradual iniciado com a Regra de Teto dos Gastos. O ajuste é viabilizado por meio da disponibilização de instrumentos que permitam o equilíbrio e ajuste

fiscal em momentos em que a situação fiscal dos entes federativos for crítica. Esses mecanismos preveem controle na despesa com pessoal e mudanças nas regras fiscais, na vedação estabelecida pela regra de ouro e nos mecanismos para atendê-la e na avaliação e concessão de benefícios tributários.

As despesas com pessoal e encargos sociais representam a segunda maior fonte de gastos da União, atrás apenas dos gastos com benefícios previdenciários. Destaca-se que, enquanto as despesas totais do governo federal caíram 1,1%, no acumulado em 12 meses entre dezembro de 2015 e setembro de 2019, as despesas com pessoal e encargos sociais cresceram 8,0%, ambos em termos reais. Dessa forma, entende-se o porquê de a maioria das medidas previstas na PEC 186/2019 está relacionada à contenção desse tipo de gastos.

## FINANCIAMENTO

### 7) Prolongar a vigência dos programas emergenciais de financiamento

- a. Estender a vigência dos programas emergenciais de financiamento, como o Pronampe, com a aprovação do PL 4139/2020, e o PEAC.
- b. Aumentar o aporte de recursos do Tesouro Nacional, à medida que se fizer necessário.

#### Justificativa

Ainda que a atividade tenha sido retomada, os impactos financeiros da pandemia sobre famílias e empresas são mais duradouros. As empresas vão continuar necessitando de capital de giro para evitar a insolvência e manter os compromissos com clientes, bem como evitar demissões, durante a transição para o crescimento econômico.

É essencial que os programas de crédito emergenciais (Pronampe, PEAC, PESE, entre outros) sejam mantidos em 2021. É pouco provável que o sistema financeiro retorne à normalidade no curto prazo. Isso significa que a demanda por crédito continuará a suplantar a oferta de modo significativo.

Ademais, é preciso aportes adicionais do Tesouro Nacional nos programas que apresentarem escassez de recursos para as operações.

### 8) Priorizar o financiamento à modernização industrial e ao comércio exterior na política operacional do BNDES

- a. Estabelecer entre as prioridades do BNDES:
  - i. a modernização do parque industrial em direção à Indústria 4.0, contemplando empresas de diferentes portes, por meio de financiamento tanto para a aquisição de máquinas e equipamentos como para os serviços tecnológicos que viabilizam a integração dessas tecnologias na produção;
  - ii. estímulo à inovação na Indústria, tanto por meio de crédito, como por subvenção, especialmente em tecnologias digitais, a partir da definição dos desafios para o desenvolvimento brasileiro;
  - iii. aumento da produtividade por meio do financiamento à adoção de técnicas de gestão da produção que ainda são pouco adotadas pela Indústria, a exemplo do *lean manufacturing*;
  - iv. maior integração internacional da Indústria, por meio do fortalecimento e da melhoria das condições de financiamento à exportação e à internacionalização, nos moldes do que é praticado pelos principais bancos de desenvolvimento internacionais; e
  - v. aumento das linhas de financiamento para projetos que promovam o desenvolvimento sustentável do Brasil.
- b. Buscar alternativas financeiras para equalização de juros nas linhas do BNDES direcionadas aos objetivos estratégicos da instituição. Possíveis fontes de recursos incluem, por exemplo, a utilização de recurso da Lei de Informática e do programa Rota 2030 em linhas de modernização industrial ligadas à Indústria 4.0.

## Justificativa

A Indústria precisa ganhar produtividade e uma das formas para isso é por meio de investimentos nas tecnologias da Indústria 4.0. Para tanto, é preciso prover financiamento adequado para a modernização do parque industrial brasileiro. Hoje, a única linha competitiva para atender esse objetivo é operada pela FINEP.

A experiência internacional mostra que os bancos de desenvolvimento têm papel fundamental no apoio ao setor produtivo em momentos de transformações tecnológicas como o atual, a chamada 4ª Revolução Industrial.

Nesse contexto, a economia brasileira apresenta um duplo desafio: além de buscar a incorporação e o desenvolvimento das novas tecnologias, deve fazê-lo com agilidade, a fim de evitar que o gap de competitividade com seus principais competidores aumente.

Isso exigirá gigantesco esforço de modernização da estrutura produtiva, que precisa ser apoiado por mecanismos eficazes e competitivos de financiamento.

## 9) Regular o Sistema Nacional de Garantias de Crédito

Regular o Sistema Nacional de Garantias de Crédito, visando o desenvolvimento do mercado de crédito, ampliando o acesso das pequenas e médias empresas à captação de recursos que financiem sua operação, modernização e crescimento.

### Justificativa

A Lei Complementar 123/2006, que regulamentou o tratamento diferenciado e favorecido para a micro e pequena empresa, traz em seu artigo 60A a autorização para a regulamentação do sistema de garantias, que deve fazer parte do sistema financeiro nacional.

A regulamentação, ao reduzir o risco e melhorar a qualidade do crédito, dará maior eficiência aos recursos financeiros, com maior efeito multiplicador sobre a economia, trazendo ganhos para as empresas e para as entidades financeiras públicas e privadas.

Experiências internacionais, como a de Portugal no pós-crise de 2008-2009, mostram que um sistema de garantias eficaz produz impactos positivos sobre o acesso ao crédito, com condições mais adequadas em termos de custos e prazos, contribuindo para a recuperação das empresas e, conseqüentemente, da economia.

Para efetivar a regulamentação do sistema de garantias deve-se contar com a articulação entre a Subsecretaria da Micro e Pequena Empresa, Banco Central, BNDES, ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias), sociedades de garantias e gestores de fundos, além do Congresso Nacional.

A Subsecretaria da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Economia tem liderado discussões com a sociedade organizada em torno do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, visando a estruturação do sistema nacional de garantias, por meio de: definição da estrutura de governança do sistema; regulamentação pelo Banco Central e integração ao Sistema Financeiro Nacional; regulamentação de entidades de 2º piso; participação dos fundos públicos já existentes (FGI e FGO); e adesão das entidades de garantias e fundos privados.

## MEIO AMBIENTE

### 10) Aprovar marco legal nacional para o licenciamento ambiental

Aprovar texto substitutivo ao PL 3729/2004 de modo a:

- a. equilibrar a melhoria da eficiência e previsibilidade do processo de licenciamento com a garantia da manutenção dos padrões de qualidade ambiental;
- b. simplificar procedimentos e reduzir o número de licenças;
- c. regular a participação das autoridades envolvidas no processo; e
- d. vincular as condicionantes ambientais aos estudos ambientais apresentados.

#### Justificativa

O processo atual de licenciamento ambiental do Brasil não atende ao importante princípio da eficiência da Administração Pública. A falta de ordenamento e previsibilidade do licenciamento ambiental é um dos principais problemas estruturantes do país, que reduzem a competitividade e ampliam os custos de investimentos.

Com a aprovação de um substitutivo ao PL 3729/2004, objetiva-se reduzir a burocracia, conferindo maior transparência e padronização ao processo, mantendo a proteção ambiental e aumentando a segurança jurídica para todos os envolvidos.

O novo marco legal garante que o crescimento econômico se dê com os cuidados necessários ao meio ambiente. Ao reduzir a burocracia e a insegurança jurídica, estimulará o investimento, contribuindo para a retomada da economia no pós-pandemia.



## RELAÇÕES DO TRABALHO

### 11) Reeditar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda

Reeditar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Lei 14.020/20, oriunda da MP 936/20), de modo a permitir a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, e de suspensão do contrato de trabalho, por acordo individual ou por instrumento coletivo.

#### Justificativa

Considerando o agravamento do quadro de saúde pública e da incerteza econômica, nota-se uma necessidade de reedição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, de modo a contribuir com a continuidade das atividades econômicas e da manutenção de postos de trabalho.

O cenário de segunda onda de contágio, com aumento de pessoas infectadas, mortes e internações, faz com que persistam situações de fechamento de estabelecimentos ou restrições de funcionamento impostas pelo Poder Público, o que deixa mais crítica a situação de muitas empresas que não conseguiram normalizar suas atividades. Ou seja, com o quadro similar ao que justificou a edição da Lei 14.020/20 (oriundo da MP 936), impera a necessidade de reedição da medida.

### 12) Adotar medidas que permitam adaptações imediatas de rotinas pelas empresas para a retomada do emprego, da produção e da produtividade

Adotar medidas para:

- a. simplificar as regras para adoção do teletrabalho e retorno às atividades presenciais, ou regime misto de teletrabalho e trabalho presencial;
- b. ampliar os prazos para realização dos exames ocupacionais e dos treinamentos de SST vinculados às NRs (iniciais, periódicos e eventuais);
- c. permitir expressamente a utilização de meios eletrônicos para atendimento dos requisitos formais relativos aos procedimentos da CIPA, inclusive eleição, e flexibilizar o número de reuniões;
- d. prever o custeio dos 15 primeiros dias de afastamento por covid-19, independentemente do recebimento do auxílio doença;
- e. adequar o regime de banco de horas permitindo, entre outros, período de compensação ampliado, para que possa ser mais bem utilizado no período de recuperação da crise devido a covid-19;
- f. permitir a antecipação de férias individuais e coletivas, bem como flexibilizar as regras de concessão e pagamento nos mesmos termos previstos na MP 927/20 (que dispõe sobre medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública);
- g. permitir expressamente a utilização de meios eletrônicos para atendimento dos requisitos formais para negociação coletiva e formalização de instrumentos coletivos de trabalho, inclusive para convocação, deliberação, decisão, formalização e publicidade;
- h. flexibilizar os prazos de validade dos Certificados de Aprovação dos Equipamentos de Proteção Individual;
- i. flexibilizar os prazos de ensaios de vedação (Fit test), previstos no Manual de Programa de Proteção Respiratório (PPR) editado pela Fundacentro, chamado pela Instrução Normativa SSST/MTB nº 1, de 1994;

- j. prorrogar os prazos de inspeção de segurança periódica de vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento, prevista na Norma Regulamentadora nº 13 - Caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento, nos termos da Portaria SEPT nº 15.797, de julho de 2020; e
- k. permitir expressamente a recontração de ex-empregado, afastando o intervalo entre as contratações, a qualquer momento após a data de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa anterior, sem que se caracterize fraude ou contrato de trabalho único (vide Portaria 16.655/20);

### Justificativa

Os efeitos da pandemia de covid-19 sobre a economia permanecerão por longo tempo. Desse modo, as empresas terão que continuar adotando medidas ágeis para evitar o contágio, como por exemplo, operar com bancos de horas e/ou turnos reduzidos e com parte do pessoal trabalhando à distância (home office).

Com efeito, a esperada retomada depende também de ações na seara trabalhista que facilitem a gestão imediata de rotinas trabalhistas, rapidamente adaptáveis ao contexto de pandemia em constante alteração.

É necessária, por exemplo, a permissão de procedimentos relacionados à CIPA e à negociação coletiva no formato eletrônico, como medida de continuidade das atividades, respeitando os protocolos de segurança, como o isolamento social. Também, é importante facilitar a concessão das férias, de maneira individual ou coletiva, visando a adequação da demanda produtiva nesse momento com a gestão de pessoal.

Desse modo, é importante que a legislação vigente, assim como foi feito no período inicial da crise, dê segurança jurídica às empresas, contribua a retomada da economia e a manutenção do emprego.

### 13) Avançar em medidas de curto e médio prazos de modernização, simplificação e eficiência das relações do trabalho

Adotar medidas para:

- a. regulamentar e estimular o trabalho multifunção ou multiqualificação;
- b. aprimorar as regras de pagamentos de prêmios aos empregados, estabelecendo explicitamente a possibilidade de sua concessão por meio de planos pré-constituídos ou por eventualidade da empresa, de forma a estimular a produtividade;
- c. aperfeiçoar as regras da CLT sobre embargos e interdições e sobre dupla visita orientadora da fiscalização trabalhista;
- d. aumentar o prazo do contrato de experiência para 180 dias;
- e. simplificar o cálculo da hora noturna;
- f. aprimorar o sistema público de emprego, transformando-o em serviço que, alinhe, de uma maneira eficiente, a oferta e a demanda de trabalho, visando ao casamento entre oportunidades de empregos, qualificação e capacitação, experiência e competências profissionais e pessoais necessárias, com atendimento para todos os níveis de emprego;
- g. extinguir a exigência do depósito recursal prévio para interposição de recurso no âmbito da Justiça do Trabalho;
- h. priorizar a garantia da execução trabalhista por meio de penhoras de bens, seguros ou cartas de fiança bancária, de forma a que as penhoras em dinheiro sejam a última opção;
- i. modificar a data de recolhimento do FGTS, unificando-a com a do INSS;

- j. permitir contratação de trabalhador por prazo determinado por até 24 meses, sem justificativa obrigatória para a determinação do contrato em alguma das hipóteses do art. 443, §2º da CLT, e permitir prorrogações sucessivas do contrato, observado o limite dos 24 meses;
- k. autorizar o trabalho aos domingos e feriados para todas as atividades econômicas; e
- l. adotar novas formas de contratação de trabalho, adaptáveis à variação das demandas e às horas de trabalho necessárias para o cumprimento de rotinas trabalhistas, garantidos os direitos estabelecidos na Constituição (art. 7º).

### **Justificativa**

As adequações na regulação trabalhista são importantes, pois aumentam a segurança jurídica e reduzem a burocracia das regras trabalhistas. Contribuem, ainda, para a melhoria do ambiente de negócios das empresas e modernizam as regras, considerando as normas de maneiras de trabalhar e produzir.

Ademais, podem contribuir para a decisão das empresas de contratação de trabalhadores nesse momento de retomada da atividade econômica. Isso porque, se adequadas, essas regulamentações permitem ajustes capazes de conferir eficiência e flexibilidade para a execução das atividades laborais.

Ao mesmo tempo, é preciso diminuir os recursos represados em contas judiciais, permitindo seu uso na retomada, viabilizando disponibilidade de capital para os agentes econômicos.

## INFRAESTRUTURA

### 14) Aprovar a Nova Lei do Gás Natural

Aprovar, na íntegra, o PL 4476/2020, com o texto que saiu da Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei, que promove importantes mudanças na direção de um mercado de gás natural mais aberto e competitivo, foi modificado no Senado, em 11/12/20, retornando à Câmara para apreciação final. A Indústria apoia o texto originalmente aprovado pela Câmara.

Os principais pontos apoiados pela Indústria são:

- a. acesso de terceiros às infraestruturas essenciais – gasodutos de escoamento da produção, unidades de processamento de gás natural e terminais de gás natural liquefeito;
- b. independência do transporte, limitando a participação de empresas produtoras/comercializadoras no negócio de transporte de gás natural, evitando assim novas verticalizações na cadeia do gás natural;
- c. alteração do modelo de outorga dos gasodutos de transporte de concessão para o modelo de autorização; e
- d. aumento da concorrência no setor por meio de programas de desconcentração do mercado.

#### Justificativa

O preço do gás natural para o setor industrial no Brasil é um dos mais elevados do mundo, sendo um obstáculo para a competitividade da Indústria. Os preços do gás no Brasil variam de US\$ 10 a US\$ 12 por milhão de BTU, enquanto nos Estados Unidos e na Argentina a média foi de US\$ 4 por milhão de BTU em 2020. Com a exploração do Pré-Sal e o novo modelo regulatório, há a possibilidade de reverter essa situação.

A produção, que se encontra na faixa de 130 milhões de m<sup>3</sup>/dia, deverá dobrar nos próximos 10 anos.

A forma de organização e a regulação da Indústria de gás natural no Brasil não estão alinhadas às melhores práticas internacionais, notadamente por ainda existirem monopólios ao longo da cadeia produtiva. A aprovação do PL 4476/2020 é decisiva para o esperado “choque de energia barata”.

Esse “choque”, no cenário pós-isolamento, irá aumentar a confiança dos agentes econômicos, gerar investimento e aumentar a competitividade, fundamentais para a aceleração da retomada econômica.

## 15) Reduzir os custos e aumentar a competitividade do setor elétrico

- a. Aprovar o PLS 232/2016, que aprimora o modelo regulatório e comercial do setor elétrico, assegurando a expansão do mercado livre.
- b. Aprovar o PL 5877/2019, que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

### Justificativa

Atualmente, o elevado custo da energia elétrica é um dos principais entraves ao aumento da competitividade da Indústria brasileira. No ranking do estudo Competitividade Brasil 2019-2020, elaborado pela CNI, o País está na última posição, entre 18 países, no fator Infraestrutura de energia, devido ao custo elevado da energia elétrica e à baixa qualidade no fornecimento.

Os demais países continuam investindo no setor elétrico, com o mundo passando por importantes transformações nessa área. Vários países estão promovendo mudanças institucionais e regulatórias para se adaptarem às pressões exercidas por avanços tecnológicos e por fenômenos ambientais. Novas tecnologias na exploração de fontes renováveis, incluindo a geração distribuída, em conjunto com os problemas causados pelo aquecimento global e as restrições ambientais, reforçam a necessidade de mudanças.

Além disso, a introdução de redes inteligentes e novas técnicas de armazenamento de energia impõem adaptações aos modelos setoriais e de negócios. O Brasil precisa agir de imediato, sob o risco de aprofundar a falta de competitividade em relação aos demais países.

Depois da recente aprovação do PL 3975/2019 (GSF), torna-se necessário dar seguimento à reforma setorial, com a aprovação do PLS 232/2016, que apresenta propostas como a ampliação do mercado livre, novas regras aplicáveis às licitações no segmento de geração e mudanças nos leilões de contratação de energia (separação de lastro e energia).

O processo de privatização da Eletrobras, por sua vez, é um importante instrumento de modernização da infraestrutura no Brasil, garantindo que a empresa possa ser operada sob uma nova governança e gestão. A desestatização da Eletrobras possibilitará a realização dos investimentos necessários e a modernização do negócio. A transferência para o controle privado avança na direção de livrar a empresa de possíveis ingerências políticas.

A redução do custo da energia elétrica contribui para acelerar a retomada econômica no pós-pandemia, ao garantir melhores condições de competir para as empresas brasileiras. Além disso, a privatização da Eletrobras, ao reduzir custos e aumentar a eficiência do sistema, contribui para elevar o investimento.

## 16) Regular o artigo 10-B da Nova Lei de Saneamento Básico

Regular o artigo 10-B da Nova Lei de Saneamento Básico de modo a apontar os indicadores que permitam realizar análise do desempenho histórico das prestadoras e da sua capacidade de cumprir com as obrigações futuras (investimentos).

### Justificativa

O novo marco legal do Saneamento trouxe importantes avanços para o setor. Uma das principais alterações é a exigência de que os contratos em vigor estejam condicionados à comprovação da capacidade econômica e financeira da contratada, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços até 31 de dezembro de 2033.

O novo marco também estabeleceu que a metodologia para a comprovação da capacidade econômica e financeira das prestadoras seria feita por meio de decreto do poder Executivo federal, no prazo de 90 dias da publicação da Lei 14.026/2020. Esse prazo venceu em 15 de outubro de 2020.

A regulamentação deve apontar os indicadores que permitam realizar uma análise do desempenho histórico das prestadoras e da sua capacidade de cumprir com as obrigações futuras (investimentos). Esse Decreto é essencial para o cumprimento da nova legislação e deve buscar minimizar a probabilidade de que empresas ou sociedades públicas ou privadas venham a se comprometer com as metas contratuais e não consigam atingir o cronograma pactuado.

No pós-pandemia, ao aumentar a segurança jurídica, a medida contribui para a atração de investimentos, e ajuda na recuperação econômica. No longo prazo, a universalização do serviço de saneamento básico melhora a saúde da população e eleva a produtividade da economia.

## 17) Aprovar o Programa de Estímulo à Cabotagem (BR do Mar)

Aprovar, na íntegra, o texto enviado ao Senado do PL 4199/2020, que cria o Programa de Estímulo ao Transporte de Cabotagem (BR do Mar). A Indústria apoia o Projeto de Lei por entender que as mudanças propostas irão fomentar a oferta de serviços de transporte na cabotagem brasileira, por meio do aumento da quantidade de navios e da competição entre as empresas de navegação.

Os principais dispositivos do PL aprovado na Câmara são:

- a. eliminação da obrigação de se possuir embarcação própria para a empresa brasileira de navegação operar na cabotagem;
- b. ampliação das opções de afretamento de embarcações estrangeiras, inclusive em contratos de longo prazo;
- c. redução da alíquota do AFRMM no longo curso de 25% para 8% e amplia a destinação e utilização dos recursos;
- d. prorrogação do benefício da não incidência do AFRMM para cargas cuja origem ou destino seja porto localizado na região NO ou NE;
- e. criação da Empresa Brasileira de Investimento na Navegação (EBIN), que poderá fretar embarcações para empresas de navegação brasileiras ou estrangeiras com operações em qualquer tipo de navegação no País;

- f. autorização às empresas brasileiras de navegação a contratação, no mercado internacional, da cobertura de seguro e resseguro; e
- g. autorização à embarcação importada vir transportando mercadorias em sua primeira viagem ao Brasil.

### **Justificativa**

A greve dos caminhoneiros de maio de 2018 evidenciou a grande dependência do setor produtivo nacional ao transporte rodoviário, o que contraria a vocação do modal para a movimentação de cargas em pequenas e médias distâncias.

Um melhor equilíbrio da matriz de transporte brasileira depende de maior utilização da navegação de cabotagem, que atualmente tem participação de apenas 11% no total de mercadorias movimentadas no País. Desse total, mais de 70% são combustíveis e derivados. Existe consenso de que a movimentação na cabotagem está abaixo do seu potencial, tendo em vista a extensão de cerca de 8,4 mil km da costa brasileira e a concentração de zonas produtoras e consumidoras próximas à faixa litorânea.

O PL 4199/2020, conhecido como BR do Mar, visa modernizar o setor de cabotagem no País e aumentar a oferta de serviços de transporte na navegação. O texto aprovado na Câmara conta com o apoio dos ministérios da Infraestrutura e da Economia e faz parte da agenda positiva do Governo para o setor de infraestrutura. O PL tramita em regime de urgência e deve ser aprovado o quanto antes.

## INOVAÇÃO

### 18) Garantir o aumento e a estabilidade de recursos para Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)

Não contingenciar os recursos destinados ao FNDCT.

#### Justificativa

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) é uma das principais fontes nacionais de recursos para ciência, tecnologia e inovação (CT&I). É um fundo alimentado pelos Fundos Setoriais e alvo sistemático de elevados contingenciamentos. O orçamento de 2020 previa a arrecadação de aproximadamente R\$ 5 bilhões, dos quais apenas cerca de 12% foram autorizados para uso. No modelo atual, os recursos contingenciados vão para o Tesouro Nacional e não retornam para o setor científico.

Nos últimos cinco anos, a arrecadação do FNDCT manteve-se acima de R\$ 4 bilhões, mas o montante bloqueado anualmente também apresentou trajetória ascendente. É fundamental que a totalidade dos recursos previstos para o FNDCT seja transferida para o Fundo, de modo que possa cumprir sua missão básica de fomentar as atividades de CT&I no País, indispensáveis para a competitividade e para o enfrentamento de crises, como evidenciado pela pandemia de covid-19.

O contingenciamento compromete as possibilidades de investimentos nacionais em pesquisa, desenvolvimento e inovação, especialmente neste momento em que a ciência tem se tornado cada vez mais fundamental para a superação dos desafios relacionados ao novo coronavírus. Há em andamento projetos robustos que necessitarão de financiamento, sendo alguns, inclusive, relativos ao desenvolvimento e produção de vacinas brasileiras contra a covid-19.

### 19) Acelerar a implantação das redes 5G no Brasil

- a. Realizar o leilão das frequências de 5G.
- b. Regulamentar as redes privadas de 5G para uso pela indústria.

#### Justificativa

A conectividade propiciada pelo 5G será fundamental para o desenvolvimento da Indústria brasileira, seja para a produtividade dentro das fábricas, seja para a integração digital das cadeias produtivas e com consumidores, seja para o desenvolvimento de aplicações e novos produtos e serviços conectados.

A indisponibilidade do 5G impõe desvantagens competitivas às empresas brasileiras frente a seus concorrentes internacionais e poderá até mesmo reduzir a atratividade para investimentos que dependam do 5G para se viabilizarem tecnicamente.

Mais do que isso, o avanço da digitalização proporcionado pelo 5G é um processo fundamental para prover mais e melhores serviços à população e para permitir o desenvolvimento de novos modelos de negócios e novas e melhores formas de prestação de serviços à sociedade.

O uso de redes 5G na Indústria não deve depender apenas das redes públicas das operadoras de telecomunicações.



O setor industrial defende que a Anatel regulamente a implementação de redes privadas, ou seja, a reserva e o acesso a um espectro de frequência 5G para uso específico da indústria, independente das atuais operadoras de telecomunicações, a exemplo do que já acontece na Alemanha, nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Japão.

As redes privadas podem ser projetadas de acordo com as necessidades específicas de cada indústria, e as configurações podem variar de acordo com o tipo de trabalho realizado. Além disso, podem permitir mais segurança e diminuir o tempo de respostas a incidentes.

## 20) Instituir o marco legal de Startups

Aprovar o marco legal de startups com os seguintes pontos essenciais:

- a. permissão para que startups, enquadradas como MPes, possam se constituir como sociedades anônimas simplificadas e tenham direito ao benefício do regime jurídico da Lei Complementar 123 de 2006;
- b. equiparação da alíquota incidente sobre investimentos em startups à incidente sobre aplicações de risco;
- c. previsão de deduções de IR para investimentos ou patrocínios em startups e/ou projetos de apoio a startups executados por parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas; e
- d. adequação dos critérios de enquadramento para startups, de modo que o marco beneficie somente empresas de base tecnológica.

### Justificativa

Apesar de estar entre as maiores economias do mundo, o Brasil vem sistematicamente perdendo posições nos rankings de competitividade e de inovação tecnológica. Entre 2011 e 2019, o País perdeu 19 posições no principal índice que mede a capacidade e o estágio de um país em termos de inovação.

Essa perda de posições é reflexo de um conjunto de fatores que desestimulam investimentos em inovação, que hoje somam em torno de 1,2% do PIB, contra até 5% investido por países líderes.

Em diversas economias, é usual o emprego de mecanismos de apoio às startups, que se justifica pelo fato de que a inovação é essencialmente uma atividade de alto risco, não apenas derivado de ocorrências imponderáveis associadas às novas tecnologias, mas também vinculado a incertezas comerciais e financeiras que são proporcionalmente mais proeminentes no caso das empresas de menor porte.

Diante desse quadro, o PLP 146/19 e o 249/20 constituíram importantes propostas de reformas legais para a criação de um ambiente mais seguro e favorável aos investimentos em negócios de base tecnológica no Brasil, abordando aspectos societários, tributários e regulatórios.

Aprovado na Câmara em dezembro de 2020, o PLP 146/19 trouxe avanços para o estímulo ao empreendedorismo no País e teve em seu texto a inclusão, na Lei do Bem, de permissão para deduções de investimentos em FIPs voltados para startups – questão defendida pela CNI.

Para o trâmite no Senado, a Indústria concentra os argumentos nos pontos essenciais listados acima, sem os quais o futuro marco legal perderá muito de sua efetividade, adequando-os ao cenário de crise fiscal e buscando alternativas para a redução ou neutralidade de seu impacto financeiro e orçamentário.

## COMÉRCIO EXTERIOR

### 21) Modernizar o financiamento público às exportações

Aprimorar o arcabouço institucional do sistema oficial de financiamento e garantia às exportações para obter previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na governança dos programas Proex, Seguro de Crédito à Exportação e BNDES Exim. É preciso, entre outras providências:

- a. assegurar pelo menos R\$ 1 bilhão para cada uma das modalidades do PROEX em 2021 e 2022;
- b. revisar e estender os prazos de pagamento dos financiamentos;
- c. aprimorar a estrutura do BNDES responsável pelo financiamento às exportações, revisar a taxa de juros da linha pré-embarque do BNDES-Exim, e realizar captações internacionais para ofertar crédito oficial às exportações;
- d. referenciar o lastro do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) em moeda forte para evitar oscilações bruscas de limite de aprovação de operações de exportação;
- e. manter o funcionamento da análise técnica pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) e a emissão de apólice de seguros pelo Ministério da Economia até que seja concluída e implementada a reforma do sistema de crédito oficial;
- f. definir e implementar um novo operador do SCE e um fundo de primeiras perdas a fim de conferir autonomia, agilidade e eficiência operacional; e
- g. aderir ao Arranjo sobre Crédito Oficial à Exportação da OCDE.

#### Justificativa

Todas as grandes economias possuem instrumentos de financiamento e garantias públicas às exportações. Entre os membros do G20, apenas a Arábia Saudita não possui mecanismos desse tipo.

No Brasil, o sistema de apoio oficial inclui recursos do Tesouro Nacional, por meio do Proex, e do BNDES Exim. Empresas que utilizam esses instrumentos têm 97% menos risco de deixar o mercado exportador, segundo o artigo “Financiamento às exportações de produtos manufaturados brasileiros: uma análise microeconômica” de Alvarez, Prince e Kannebley. Além disso, empresas financiadas pelo BNDES Exim exportam para 16% mais mercados e aquelas financiadas pelo Proex para 70% mais. Por fim, cada US\$ 1,00 financiado pelo Proex gera outros US\$ 19,00 em exportações.

Para permitir que as empresas brasileiras compitam em condição de igualdade com suas concorrentes estrangeiras no mercado internacional, é necessário que tais instrumentos sejam mantidos e o acesso facilitado.

O estímulo às exportações é um dos canais para a retomada da economia no pós-pandemia. A maior oferta de financiamento, a custos adequados, estimulará as exportações.

## 22) Reduzir a burocracia e os custos do comércio exterior

- a. Concluir a implantação do Portal Único de Comércio Exterior com a completa integração dos órgãos anuentes.
- b. Concluir a integração da Anvisa, MAPA, Inmetro e Exército ao Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado; e negociar e concluir acordos de reconhecimento mútuo com Estados Unidos, Japão, países do BRICS e União Europeia.
- c. Denunciar os acordos de reserva de carga marítima com Argentina e Uruguai.
- d. Eliminar o custo da descarga nacional da mercadoria (capatazia) do valor aduaneiro na base de cálculo do Imposto de Importação.
- e. Eliminar as incompatibilidades jurídicas com as normas nacionais e internacionais de taxas e encargos exigidos no comércio exterior brasileiro.
- f. Garantir que as tarifas cobradas por terminais portuários e aeroportuários sejam equivalentes à prestação dos serviços, a exemplo da tarifa de escaneamento de contêineres.
- g. Garantir adequada locação da arrecadação para prestação dos serviços, a exemplo da taxa Siscomex, exigida pela RFB, e da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária, exigida pela Anvisa.
- h. Operacionalizar o drawback contínuo.
- i. Isentar todas as operações de drawback do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante;
- j. Implementar a utilização exclusiva da assinatura eletrônica de certificação de origem digital para Chile, Colômbia e Paraguai.
- k. Simplificar e harmonizar os procedimentos para operações amparadas pelo ATA Carnet e assegurar a inexistência de licenciamento e procedimentos específicos pelos órgãos anuentes.

### Justificativa

As exportações também terão um papel importante na recuperação econômica do Brasil. Elas significarão um estímulo adicional ao aumento da produção.

A burocracia aduaneira é um dos principais entraves às exportações brasileiras. O custo do tempo na exportação e na importação é equivalente a um imposto de mais de 10%.

Para reduzir esses custos e melhorar o ambiente de negócios para os operadores, é essencial que seja dada continuidade à implantação dos programas de governo voltados à facilitação do comércio, bem como à eliminação de reservas de mercado, custos adicionais e tarifas que prejudicam a competitividade do comércio exterior brasileiro.

## 23) Recalibrar o projeto de abertura comercial, dando preferência à celebração de acordos

- a. Suspender o processo de redução unilateral da Tarifa Externa Comum no âmbito do Grupo Ad Hoc do Mercosul.
- b. Internalizar os acordos do Mercosul sobre compras públicas, facilitação de comércio e indicação geográfica; e negociar novos acordos para ampliar a liberalização de serviços e reduzir barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias.
- c. Lançar negociações de um acordo para consolidação de uma área de livre comércio da América do Sul com ampliação do acesso a mercado em bens, serviços e compras governamentais, e com a harmonização e modernização das regras de comércio.
- d. Internalizar os acordos com Chile, Peru, países do EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça) e União Europeia.

- e. Concluir as negociações em andamento com Canadá, Líbano e México.
- f. Lançar negociações de livre comércio com Estados Unidos, Japão, países da América Central (em especial Costa Rica e Panamá), países do Norte da África e União Aduaneira Euroasiática.
- g. Lançar negociações para ampliar e modernizar os acordos com África do Sul, Egito e Israel.
- h. Suspender as negociações com Coreia do Sul e Índia e não iniciar negociações com Vietnã.

### **Justificativa**

O Brasil é 9ª maior economia do mundo, mas apenas o 20º exportador e o 22º importador. Sua rede de acordos comerciais em vigor, que asseguram acesso preferencial aos mercados externos, representa menos de 10% das importações mundiais.

Para ampliar o acesso a esses mercados é necessário que o País internalize, de forma rápida, os acordos já negociados, conclua as negociações em andamento e lance novas negociações.

No entanto, o programa de negociação de acordos comerciais precisa ser recalibrado. O foco do programa deve ser na internalização do acordo Mercosul-União Europeia e na conclusão dos acordos em andamento com Canadá, Estados Unidos e México.

O Brasil deve suspender e/ou não iniciar negociações com os países da Ásia, que são os principais usuários de práticas desleais de comércio, como Coreia do Sul, Índia e Vietnã.

Além disso, é necessário que o governo siga as Boas Práticas Regulatórias relacionadas às negociações, fundamentando suas decisões em análises de impacto, consultas públicas e diálogo com o setor privado.

## MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

### 24) Regularizar a transação tributária de débitos do Simples Nacional

Regularizar a transação tributária de débitos do Simples Nacional.

#### Justificativa

O instrumento da Transação Tributária para optantes do Simples Nacional foi instituído pela Lei Complementar 174/2020.

Para entrar em vigor, a medida precisa ser regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional. Ela alcança débitos que estão em fase de cobrança no âmbito da Receita Federal do Brasil e a sua regulamentação garantirá às micro e pequenas e empresas (MPEs) um mecanismo perene de renegociação de débitos e facilitação de pagamento, inclusive com a concessão de descontos.

### 25) Instituir o marco legal de recuperação judicial das micro e pequenas

Aprovar, com aprimoramentos, o PLP 33/2020, visando o aperfeiçoamento e a definição de melhores condições na legislação vigente, que considere:

- a. criação da recuperação extrajudicial;
- b. tratamento adequado a contratos sobre bens móveis e imóveis essenciais à atividade empresarial;
- c. promoção de ambiente favorável a novos investidores; e
- d. melhores condições para quitação de débitos tributários.

#### Justificativa

Embora a Lei 11.101/2005 trate sobre a recuperação judicial especial das microempresas e empresas de pequeno porte, o instrumento tem pouca efetividade atualmente.

Ao longo de 2018, foi discutido no âmbito de grupo de trabalho específico do Comitê de Racionalização (CT-1/FPMPE) do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - FPMPE, novo marco legal de recuperação judicial que busca ser menos oneroso, mais ágil e operativo para as microempresas e empresas de pequeno porte.

As alterações propostas têm como objetivo criar ambiente que possibilite a recuperação das MPEs, via adequação da atual lei de recuperação, não só de recuperação judicial especial, mas também de disposições gerais, de recuperação extrajudicial e de falência. Ademais, cria o procedimento extrajudicial de encerramento.

A matéria é objeto do PLP 33/2020, cujo texto é bastante similar à proposta elaborada no âmbito do Fórum Permanente. O PLP 33/2020 foi aprovado em dezembro de 2020 no Senado Federal e agora aguarda votação na Câmara dos Deputados.

Nesse momento de pós-isolamento e de dificuldades de muitas empresas, a mudança no marco legal de recuperação judicial e extrajudicial de micro e pequenas empresas é fundamental. Irá facilitar a recuperação das empresas, ao contribuir para a simplificação e redução da burocracia, permitindo a retomada do empreendedorismo.

**CNI**

*Robson Braga de Andrade*  
Presidente

**Gabinete da Presidência**

*Teodomiro Braga da Silva*  
Chefe do Gabinete - Diretor

**Diretoria de Desenvolvimento Industrial**

*Carlos Eduardo Abijaodi*  
Diretor

**Diretoria de Relações Institucionais**

*Mônica Messenberg Guimarães*  
Diretora

**Diretoria de Serviços Corporativos**

*Fernando Augusto Trivellato*  
Diretor

**Diretoria Jurídica**

*Hélio José Ferreira Rocha*  
Diretor

**Diretoria de Comunicação**

*Ana Maria Curado Matta*  
Diretora

**Diretoria de Educação e Tecnologia**

*Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti*  
Diretor

**Diretoria de Inovação**

*Gianna Sagazio*  
Diretora

## **Elaboração**

Gerência Executiva de Assuntos Legislativos

*Marcos Borges*

Gerente-Executivo

Gerência Executiva de Infraestrutura

*Wagner Cardoso*

Gerente-Executivo

Gerência Executiva de Inovação

*Cândida Beatriz de Paula Oliveira*

Gerente-Executiva

Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade

*Davi Bontempo*

Gerente-Executivo

Gerência Executiva de Relacionamento com o Poder Executivo

*Pablo Cesário*

Gerente-Executivo

Gerência Executiva de Relações do Trabalho

*Sylvia Lorena*

Gerente-Executiva

Superintendência de Desenvolvimento Industrial

*João Emílio Padovani*

Superintendente

Superintendência de Economia

*Renato da Fonseca*

Superintendente

Superintendência de Jornalismo

*José Edward Lima*

Superintendente

## **Coordenação técnica**

*Renato da Fonseca*

Superintendência de Economia

## **Projeto gráfico e diagramação**

*Carla Regina P. Gadêlha*

Superintendência de Economia

## **Normalização**

*Alberto Nemoto Yamaguti*

Superintendência de Administração





*Confederação Nacional da Indústria*

**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**